



LIDO NA SESSÃO DO DIA
14 MAR 2017
1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia		
PROTOCOLO		<p>Sem efeito</p> <p>Nº 898/17</p> <p>REAPROVADO (A)</p> <p>VAI AO EXPEDIENTE</p> <p>Em 14/03/2017</p> <p>1º Secretário</p>
AUTOR: DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PMN		
<p>REQUER à Mesa Diretora, cópia na íntegra dos documentos, no que tange a <u>Mensagem nº 046</u>, de 09 de março de 2017, referente ao Projeto de Lei que, “Revoga e renumera dispositivos da Lei nº 3.925, de 17 de outubro de 2016, que ‘Estabelece medidas compensatórias florestais para empreendimentos minerários localizados em área de Reserva Legal e dá outras providências”.</p> <p>O Parlamentar que a presente subscreve, requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Poder Executivo, nos termos do art. 29, XVIII, XXXIV, XXXVI c/c art. 31, §3º e art. 46, parágrafo único, da Constituição Estadual, bem como, do art. 179 do Regimento Interno, cópia na íntegra dos documentos discriminados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Cópia na íntegra do Processo Administrativo;✓ Exposição de Motivos;✓ Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, conforme art. 104, da Constituição Estadual;✓ Indicar impacto financeiro, do Projeto de Lei em epígrafe, nos moldes do art. 16, I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. <p>Plenário das Deliberações, 14 de março de 2017.</p> <p>JESUÍNO BOABAID Deputado Estadual – PMN Presidente da Comissão de Segurança Pública</p> <p>Major Amaranite 390 Arigolândia Porto Velho/RO.</p>		





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

AUTOR: DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PMN

JUSTIFICATIVA

O Poder Executivo mediante o Projeto de Lei, anexo a Mensagem 046/2017, tem a finalidade de revogar e renumerar dispositivos da Lei nº 3.925, de 17 de outubro de 2016, que 'Estabelece medidas compensatórias florestais para empreendimentos minerários localizados em área de Reserva Legal e dá outras providências'.

Por outro giro, considerando as atribuições deste Parlamentar em fiscalizar os atos Poder Executivo e da Administração Indireta, previsto no art. 29, XVIII e XXXVI c/c art. 46, parágrafo único da CF, vejamos:

Art. 29. Compete privativamente à Assembleia Legislativa:
XVIII – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;

XXXVI – fiscalizar os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.

Igualmente,

Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.
Cep: 76.001-211 Fone: 3216.2016 - www.al.ro.gov.br

**DEPUTADOS
ESTADUAIS**
Unidos com o Povo
Assembleia Legislativa de Rondônia



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

AUTOR: DEPUTADO JESUÍNO BOABAI - PMN

controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das deliberações, 14 de março de 2017.

JESUÍNO BOABAI

Deputado Estadual - PMN

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.

Cep: 76.001-911 - Fone: 3216-2816 - e-mail: dte@legis.rondonia.ro.gov.br